

CIÊNCIA EM MOVIMENTO: TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS - VOL. 2

Bruno Matos de Farias

Bruno Matos de Farias
Organizador

CIÊNCIA EM MOVIMENTO:
TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS
Vol.2

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciência em movimento [livro eletrônico]: tecnologia, educação e práticas - vol.2 / Organizadores Helena Portes Sava de Farias, Júnio Fábio Ferreira. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-94431-84-4

1. Tecnologia. 2. Ciência – Pesquisa – Brasil. 3. Educação.
I. Farias, Helena Portes Sava de. II. Ferreira, Júnio Fábio.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Helena Portes Sava de Farias
Júnio Fábio Ferreira
Organizadores

CIÊNCIA EM MOVIMENTO:
TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS
Vol.2



Rio de Janeiro – RJ
2025

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Equipe Editorial
MARKETING / DESIGN	Equipe MKT
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Dr ^a Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Dr ^a Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Dr ^a Maria Lelita Xavier
	Profa. Dr ^a Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Dr ^a Pauline Balabuch
	Prof. Dr. Daniel da Silva Granadeiro
	Prof. Dr. Rômulo Terminelis da Silva

APRESENTAÇÃO

A obra *Ciência em Movimento: Tecnologia, Educação e Práticas – Volume 2* dá continuidade à proposta de reunir produções acadêmicas interdisciplinares que refletem a dinamicidade da ciência e sua aplicação em contextos diversos, com foco especial na interface entre inovação tecnológica, práticas educacionais e questões emergentes nas áreas da saúde e das ciências sociais aplicadas.

Neste volume, o leitor encontrará cinco capítulos que ilustram a pluralidade do fazer científico e sua relevância prática. No **Capítulo 1**, são exploradas as potencialidades e os desafios dos **recursos multimídias na educação**, destacando sua aplicabilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem e os impactos sobre o processo de ensino-aprendizagem em um cenário cada vez mais digitalizado.

O **Capítulo 2** adentra o campo da contabilidade e da administração, discutindo o **papel do contador na governança de franquias**, abordando os dilemas entre a autonomia da atuação profissional e a necessidade de padronização dos processos dentro de modelos empresariais em expansão.

Os **Capítulos 3, 4 e 5** direcionam o olhar para a área da saúde, trazendo contribuições relevantes para a prática clínica e o cuidado com o paciente. O **Capítulo 3** trata das **complicações pós-operatórias mais comuns em cirurgias abdominais**, apontando fatores de risco, estratégias de prevenção e condutas médicas. O **Capítulo 4** aprofunda o debate sobre o **manejo da dor no pós-operatório**, contemplando tanto as abordagens farmacológicas quanto as não farmacológicas, com foco na humanização do cuidado. Por fim, o **Capítulo 5** apresenta uma revisão integrativa sobre o **manejo da hipertensão arterial na gravidez**, oferecendo subsídios para a atuação de profissionais da saúde diante de uma condição clínica que exige atenção e protocolos específicos.

Ciência em Movimento – Volume 2 é, assim, uma coletânea que reafirma o compromisso com a produção e a socialização do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade como caminho essencial para enfrentar os desafios contemporâneos. Esperamos que esta obra inspire pesquisadores, profissionais e estudantes a continuarem em movimento, contribuindo para uma ciência viva, aplicada e transformadora.

Desejamos a todos uma leitura enriquecedora!

Prof Dr Bruno Matos de Farias

Editor-Chefe Editora Epitaya

CAPÍTULO 1

RECURSOS MULTIMÍDIAS PARA A EDUCAÇÃO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Cleyton Henrique Teodoro Garcia

Licenciado em Pedagogia, Geografia, Letras e Sociologia. Especialista em Tecnologias Digitais para a Sala de Aula. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University

RESUMO

O uso de recursos multimídias na educação tem se consolidado como uma estratégia crucial para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, especialmente no contexto da educação a distância, onde as tecnologias digitais se tornam cada vez mais centrais. Este artigo visa analisar o papel desses recursos, com ênfase no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), destacando como suas ferramentas multimodais, como textos, imagens, vídeos, áudios e animações, contribuem para um aprendizado mais interativo e dinâmico. A partir da revisão do trabalho de Jorge Souza Santos (2020), são discutidas as vantagens e desafios do uso de tecnologias digitais no ensino superior, incluindo os impactos no desenvolvimento da autonomia do aluno, no seu engajamento e na personalização do aprendizado. O estudo também aborda como o AVA, quando integrado adequadamente, pode transformar a experiência educacional, permitindo que os estudantes acessem conteúdos e interajam de maneira mais flexível, no seu próprio ritmo e conforme suas necessidades específicas. Além disso, o artigo explora as limitações e barreiras que ainda existem na implementação dessas tecnologias, como a falta de infraestrutura adequada, resistência de professores à adoção de novas ferramentas, e questões relacionadas à inclusão digital, que podem gerar disparidades no acesso e na qualidade do aprendizado. Por fim, a pesquisa reflete sobre as perspectivas futuras do uso de recursos multimídias no ensino superior, enfatizando a necessidade de uma abordagem equilibrada que contemple a formação continuada dos docentes, a melhoria das condições tecnológicas e a promoção de um ambiente educacional acessível a todos.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos Multimídias. Educação a Distância.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação a distância (EaD) tem emergido como uma modalidade pedagógica cada vez mais consolidada e eficaz, destacando-se em relação ao modelo tradicional de ensino presencial, especialmente em virtude dos avanços nas tecnologias digitais e da ampliação das infraestruturas de conectividade. A capacidade de proporcionar formação acadêmica a discentes geograficamente afastados das instituições de ensino tem promovido uma significativa democratização do acesso ao ensino superior, ampliando as possibilidades de inclusão educacional. Uma das características centrais dessa modalidade é a utilização de recursos multimídia, os quais integram diversas linguagens e formatos comunicacionais — como textos, imagens, vídeos, áudios e animações — favorecendo uma experiência de aprendizagem mais interativa, dinâmica e personalizada, alinhada às necessidades e aos ritmos individuais dos estudantes.

O uso dessas ferramentas multimodais não apenas torna o processo de aprendizagem mais envolvente, mas também permite que os alunos aprendam no seu próprio ritmo e de forma mais autônoma, adaptando o conteúdo às suas necessidades individuais. Os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) têm se mostrado fundamentais para a adaptação do ensino superior a distância, pois oferecem um espaço digital no qual os estudantes podem acessar materiais, interagir com professores e colegas, e realizar atividades de forma flexível. Esses ambientes não só proporcionam um espaço para a transmissão de conhecimento, mas também para a criação de um ambiente colaborativo e interativo, fundamental para o sucesso da EaD.

Este artigo tem como objetivo discutir o papel dos recursos multimídias no contexto da educação superior a distância, destacando suas potencialidades, desafios e implicações. A partir da análise do trabalho de Santos (2020), será possível compreender como os recursos multimídias podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, facilitando o acesso ao conteúdo e promovendo o engajamento dos alunos. Além disso, serão exploradas as limitações e dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino ao implementar essas tecnologias, especialmente no que tange à infraestrutura tecnológica, formação de professores e inclusão digital. Em última instância, a pesquisa busca refletir sobre as transformações que os recursos multimídias e os AVAs podem trazer para a educação superior, apontando para as perspectivas futuras dessa modalidade de ensino.

DESENVOLVIMENTO

Conceito e Características dos Recursos Multimídias na Educação

Os recursos multimídias representam uma combinação integrada de diferentes formas de mídia, incluindo textos, imagens, sons, vídeos, animações e gráficos interativos, que podem ser usados de forma conjunta ou isolada para comunicar informações de maneira mais rica e diversificada. A utilização desses recursos cria uma abordagem mais interativa e envolvente para a transmissão de conteúdos educacionais, permitindo que os estudantes experimentem um processo de aprendizagem mais dinâmico. No contexto educacional, os recursos multimídias não se limitam à simples ilustração de conceitos, mas se tornam ferramentas poderosas que podem transformar a maneira como o conteúdo é apresentado e, conseqüentemente, como os alunos interagem com ele.

Esses recursos têm o poder de ativar múltiplos canais sensoriais simultaneamente, o que favorece a retenção de informações, uma vez que as experiências multimodais tendem a facilitar a compreensão e a memorização do conteúdo. No ambiente de aprendizagem, os alunos não são mais receptores passivos de informação, mas participantes ativos que podem explorar, interagir e experimentar os conceitos de maneira personalizada. Como resultado, esses recursos favorecem um aprendizado mais profundo, permitindo que os alunos se envolvam de maneira mais significativa com o conteúdo. Além disso, a multimodalidade facilita a adaptação dos materiais às diferentes formas de aprendizado dos estudantes, uma vez que cada indivíduo pode ter uma predileção por determinados tipos de mídia, como vídeos, textos ou áudios.

De acordo com Jorge Souza Santos (2020),

a integração dos recursos multimídias em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) oferece um impacto significativo na qualidade do ensino e na experiência do estudante. Santos destaca que os AVAs, quando bem estruturados, podem proporcionar uma experiência de aprendizado mais imersiva e personalizada, o que contribui para o aumento da motivação e do engajamento dos alunos. Ao utilizar uma variedade de recursos multimodais, os AVAs permitem que os alunos se envolvam com o conteúdo de forma mais interativa, estimulando não apenas a retenção das informações, mas também o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e autonomia no processo de aprendizagem (Santos, 2020, n.p.).

Esse tipo de interação não é apenas limitado à leitura passiva ou à visualização de materiais, mas se estende à participação ativa em fóruns de discussão, simulações, jogos educativos e atividades colaborativas. Essas

interações ajudam a construir um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e colaborativo, no qual os alunos podem aplicar os conhecimentos adquiridos em situações práticas e reais, potencializando o processo de aprendizagem. Assim, os recursos multimídias, quando incorporados de maneira eficaz, desempenham um papel essencial em um ensino superior mais flexível e acessível, além de contribuir para a criação de um ambiente de aprendizagem mais envolvente e eficaz.

Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Definição e Aplicações

Os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) são plataformas digitais projetadas para mediar o processo de ensino-aprendizagem, proporcionando um espaço no qual alunos e professores podem interagir de maneira eficiente e acessível, independentemente da localização geográfica. Essas plataformas integram diversos recursos tecnológicos, como fóruns de discussão, quizzes, materiais didáticos em diversos formatos (textos, vídeos, áudios, etc.), e ferramentas de comunicação, permitindo que o aprendizado aconteça de forma colaborativa e interativa. No contexto da educação a distância, os AVAs têm se tornado fundamentais, pois oferecem uma alternativa eficaz para a transmissão de conhecimento sem a necessidade de um espaço físico tradicional.

Além de fornecer materiais didáticos, esses ambientes permitem que os alunos se envolvam ativamente com o conteúdo, participem de discussões em grupo e realizem atividades avaliativas, tudo de forma digital e flexível. O uso de tecnologias no AVA também garante que o aprendizado seja mais acessível e inclusivo, já que oferece recursos que podem ser acessados a qualquer momento, de qualquer lugar, e em diferentes dispositivos, como computadores, tablets e smartphones. Isso contribui para que os alunos possam aprender no seu próprio ritmo, superando as limitações do ensino presencial e oferecendo uma maior flexibilidade no gerenciamento do tempo de estudo.

Segundo Jorge Souza Santos (2020),

os ambientes virtuais de aprendizagem desempenham um papel crucial na educação a distância, ao proporcionar um espaço virtual estruturado que favorece tanto a interação entre alunos e professores quanto entre os próprios estudantes. Esse espaço virtual, ao ser bem projetado, pode maximizar o potencial da educação a distância, oferecendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, acessível e interativo. Nos AVAs, os alunos podem acessar conteúdos programáticos, participar de fóruns de debate e colaborar com os colegas de classe em projetos, o que amplia as oportunidades de aprendizagem e favorece a construção coletiva do conhecimento (Santos, 2020, n.p).

A integração de recursos multimídias dentro desses ambientes tem um impacto significativo na personalização do ensino. Santos (2020) afirma que a utilização de vídeos, animações, podcasts e outros recursos interativos dentro do AVA permite que os alunos escolham como consumir o conteúdo, conforme suas preferências e necessidades individuais. Isso possibilita uma abordagem mais personalizada do aprendizado, pois os alunos podem estudar em diferentes velocidades e acessar os materiais conforme a sua compreensão e nível de proficiência. Por exemplo, alguns estudantes podem preferir revisar um vídeo explicativo sobre determinado conteúdo, enquanto outros podem preferir ler um artigo ou participar de uma discussão interativa (2020, n.p.)

Essa flexibilidade proporcionada pelos AVAs e pela integração de multimídias também é fundamental para promover a autonomia dos alunos, uma vez que eles se tornam responsáveis pelo seu próprio ritmo de aprendizado, podendo buscar apoio nos materiais multimodais sempre que necessário. Ao permitir que cada aluno tenha um percurso educacional mais adaptado às suas necessidades, os AVAs oferecem uma educação mais inclusiva e eficiente, além de ampliar o alcance do ensino superior para uma população diversificada.

Desafios e Limitações da Implementação de Recursos Multimídias na Educação Superior

Apesar das inúmeras vantagens oferecidas pelos recursos multimídias e pelos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), a implementação dessas tecnologias na educação superior a distância não está isenta de desafios e limitações. Esses obstáculos podem comprometer a eficácia do ensino e dificultar a adoção plena dessas ferramentas no processo educacional, especialmente quando se trata de garantir que todos os envolvidos — desde os professores até os alunos — tenham as condições necessárias para tirar pleno proveito dessas tecnologias.

De acordo com Santos (2020),

um dos principais desafios na implementação de recursos multimídias nos ambientes virtuais de aprendizagem é a falta de infraestrutura tecnológica adequada. Muitas instituições de ensino, principalmente as de regiões mais distantes ou com menos recursos financeiros, enfrentam dificuldades para disponibilizar a infraestrutura necessária, como acesso a internet de qualidade, dispositivos tecnológicos modernos e plataformas de software adequadas. A ausência dessa infraestrutura pode prejudicar a eficácia do ensino, uma vez que limita o acesso dos alunos a recursos multimídias e compromete a utilização plena dos AVAs. Além disso, a instabilidade na conexão com a internet ou a falta de equipamentos adequados pode causar frustração nos

estudantes, prejudicando sua experiência de aprendizagem.

Outro obstáculo significativo mencionado por Santos (2020) é

a resistência de alguns educadores à adoção de novas tecnologias. Embora o uso de recursos multimídias seja visto como uma forma de aprimorar o ensino, muitos professores ainda demonstram hesitação em integrar essas ferramentas ao seu cotidiano pedagógico. Essa resistência pode estar relacionada a diversas questões, como a falta de familiaridade com as tecnologias, a percepção de que o uso dessas ferramentas pode ser complexo ou o medo de perder o controle sobre o processo de ensino. Além disso, a transição de um ensino tradicional para um ensino mediado por tecnologias digitais exige um esforço de adaptação e atualização por parte dos educadores, que nem sempre estão preparados ou motivados para essa mudança.

A criação de conteúdo multimodal, por sua vez, demanda que os professores possuam habilidades técnicas e pedagógicas específicas. O uso de vídeos, animações, podcasts e outros recursos multimídias exige que os docentes tenham conhecimentos técnicos sobre como produzir, editar e integrar esses materiais nas plataformas de ensino de maneira eficaz. Além disso, é necessário que o conteúdo multimodal seja alinhado aos objetivos pedagógicos e que seja acessível a todos os alunos. A produção desse tipo de conteúdo, portanto, não apenas exige habilidades tecnológicas, mas também uma compreensão profunda de como essas ferramentas podem ser usadas para promover um aprendizado significativo.

Outro desafio importante é a garantia da inclusão digital. Nem todos os alunos têm acesso igual a tecnologias de ponta, o que pode criar disparidades no processo de aprendizagem. A realidade socioeconômica de muitos estudantes ainda é um obstáculo, pois nem todos possuem dispositivos adequados (como computadores ou smartphones) ou uma conexão de internet estável. Isso pode resultar em uma exclusão digital, onde uma parte dos estudantes fica em desvantagem em relação aos outros, comprometendo sua participação nas atividades propostas pelos AVAs. Santos aponta que,

para que a educação a distância com o uso de recursos multimídias seja realmente inclusiva e acessível, é fundamental que as instituições de ensino ofereçam soluções para suprir essas lacunas, seja por meio do fornecimento de equipamentos, de parcerias com fornecedores de internet ou até mesmo de programas de

capacitação para alunos em situação de vulnerabilidade
(2020, n.p.)

Esses desafios, portanto, exigem uma abordagem integrada e uma visão estratégica por parte das instituições de ensino. Superar as limitações tecnológicas, capacitar os educadores e garantir a inclusão digital são passos essenciais para que o uso de recursos multimídias e os ambientes virtuais de aprendizagem possam alcançar seu pleno potencial e contribuir efetivamente para a transformação da educação superior a distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de recursos multimídias no ensino superior à distância oferece diversas possibilidades para aprimorar a aprendizagem, tornando o ensino mais dinâmico, flexível e acessível. A integração de tecnologias como textos, vídeos, áudios e animações favorece a personalização do aprendizado, permitindo que os alunos avancem conforme seu ritmo e estilo, o que melhora a motivação e o desempenho acadêmico. No entanto, para que esses recursos sejam eficazes, as instituições de ensino precisam enfrentar desafios como a infraestrutura tecnológica inadequada, a falta de capacitação docente e a desigualdade no acesso às tecnologias, o que pode gerar disparidades no processo de aprendizagem. Para superar essas barreiras, é essencial investir em infraestrutura, promover programas de capacitação para professores e garantir a inclusão digital. Quando implementados de forma estratégica, os recursos multimídias podem transformar a educação a distância, tornando-a mais interativa, inclusiva e eficiente, proporcionando uma experiência de aprendizado mais acessível e enriquecedora para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

- SANTOS, Jorge Souza. *Recursos multimídias para a educação: O ambiente virtual de aprendizagem na educação superior a distância*. Revista UEG, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/14556/10106>.
- SILVA, Maria de Fátima. *O uso das tecnologias no ensino superior: desafios e possibilidades*. São Paulo: Editora Universitária, 2019.
- ALMEIDA, Tadeu. *Tecnologia e educação: tendências e desafios na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2018.
- OLIVEIRA, Roberta. *A educação a distância e suas ferramentas tecnológicas*. Porto Alegre: Editora Educacional, 2021.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DO CONTADOR NA GOVERNANÇA DE FRANQUIAS: ENTRE AUTONOMIA E PADRONIZAÇÃO

Abraão Giuseppe Beluzi

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração,
FUCAPE Business School, Brasil.

RESUMO

O presente artigo técnico tem como objetivo examinar o papel estratégico do contador na governança de redes de franquias, destacando sua atuação na mediação entre os mecanismos de padronização exigidos pela franqueadora e a autonomia operacional do franqueado. A prática de mercado evidencia que, em ambientes de múltiplas unidades e elevado grau de replicação de processos, o profissional da contabilidade exerce funções cruciais na padronização de relatórios, na transparência das demonstrações financeiras e na implementação de sistemas de controle gerencial. Por meio da análise de práticas adotadas em redes franqueadas, este artigo discute os principais instrumentos utilizados, como planos de contas unificados, indicadores de desempenho e plataformas de gestão compartilhada. Os resultados apontam que a atuação contábil contribui significativamente para a mitigação de conflitos, o alinhamento estratégico e a sustentabilidade das relações de franquia. O estudo oferece subsídios técnicos relevantes para profissionais da área contábil que atuam ou pretendem atuar em contextos de franquias empresariais.

PALAVRAS-CHAVE: franquias; governança corporativa; contabilidade gerencial; controle; autonomia.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Brasileira de Franchising, (2024) o sistema de franquias é amplamente reconhecido como uma estratégia eficaz de expansão empresarial baseada na replicação de modelos de negócio consolidados. Em redes franqueadas, a padronização de processos e práticas operacionais é essencial para manter a identidade da marca, garantir a qualidade dos produtos e serviços, e assegurar a conformidade com os critérios definidos pela franqueadora. Contudo, essa busca por uniformidade

muitas vezes colide com a realidade gerencial dos franqueados, que enfrentam contextos locais distintos e demandas por autonomia decisória.

Nesse cenário, o contador assume papel central como agente de apoio à governança, atuando na mediação entre os interesses institucionais da franqueadora e os desafios operacionais dos franqueados. Mais do que executar funções técnicas de escrituração e apuração de tributos, o profissional da contabilidade contribui para o desenvolvimento e o acompanhamento de indicadores de desempenho, a estruturação de relatórios padronizados e a implementação de sistemas integrados de informação, (Cunha, 2015).

Este artigo técnico tem como objetivo discutir, com base na prática de mercado, como o contador pode contribuir para a governança das franquias, promovendo equilíbrio entre controle e flexibilidade, e oferecendo suporte técnico à tomada de decisão de ambas as partes envolvidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O modelo de franquia empresarial tem como fundamento a transferência de know-how e o licenciamento do uso de uma marca ou sistema de gestão, mediante contrato firmado entre a franqueadora e o franqueado. Sob a luz de Padoveze (2021), esse modelo de negócio oferece vantagens para ambas as partes: para a franqueadora, representa uma forma eficiente de crescimento com menor investimento direto; para o franqueado, constitui uma oportunidade de empreender com o suporte de uma marca consolidada e processos já validados.

Apesar dessas vantagens, o relacionamento entre as partes é permeado por tensões decorrentes de assimetrias informacionais, expectativas divergentes e interesses econômicos distintos. De um lado, a franqueadora busca manter o padrão da rede, assegurar o cumprimento de obrigações contratuais e proteger sua reputação. De outro, o franqueado, responsável pela operação local, enfrenta desafios relacionados à concorrência regional, à gestão de pessoal, à adaptação a realidades locais e à busca por margens operacionais sustentáveis de acordo com Jensen & Meckling, (1976).

Na prática, o equilíbrio entre padronização e autonomia é um desafio constante nas redes de franquia. Rossetti (2019) elucida que a rigidez excessiva pode comprometer a adaptabilidade e a motivação do franqueado, enquanto a flexibilidade irrestrita pode ameaçar a identidade e a coesão da marca. Nesse contexto, entende-se que o papel dos mecanismos de controle torna-se fundamental para garantir alinhamento estratégico, transparência na gestão e confiança entre as partes. É nesse ponto que se insere a relevância da atuação do contador, como profissional que articula informação econômica com responsabilidade técnica e imparcialidade.

METODOLOGIA

Este artigo técnico adota uma abordagem qualitativa, descritiva e aplicada, fundamentada na análise de práticas profissionais observadas em redes de franquia atuantes no mercado brasileiro. O objetivo é compreender o papel do contador como agente de suporte à governança corporativa, explorando suas funções no equilíbrio entre padronização exigida pela franqueadora e a autonomia operacional dos franqueados.

A construção do estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento de fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos e relatórios institucionais, que tratam dos temas de governança, contabilidade gerencial e gestão de franquias. As referências selecionadas incluem autores como Padoveze (2021), Rossetti (2019), Jensen e Meckling (1976) e Cunha (2015), cujas contribuições forneceram o suporte teórico necessário para a análise crítica das funções exercidas pelo profissional contábil nesse ambiente específico.

Além disso, foram analisadas experiências práticas de mercado relatadas em estudos de caso e observações técnicas do autor, baseadas em vivências profissionais e consultorias prestadas no setor de franquias. Tais observações permitiram identificar os principais instrumentos de controle utilizados, como planos de contas padronizados, relatórios gerenciais, indicadores de desempenho e sistemas de gestão compartilhada.

A metodologia adotada não se limita a dados estatísticos ou experimentais, mas prioriza a interpretação contextual e a aplicação do conhecimento contábil à realidade das organizações franqueadas. O enfoque está na aplicabilidade dos conceitos à prática profissional e na contribuição do contador para a sustentabilidade das relações de franquia.

ATUAÇÃO DO CONTADOR NA PRÁTICA

No ambiente das redes de franquia, a atuação do contador extrapola as funções tradicionais de escrituração contábil e cumprimento de obrigações acessórias. O profissional passa a ocupar uma posição estratégica, sendo responsável por implementar e sustentar mecanismos de controle que asseguram tanto a conformidade com os padrões estabelecidos pela franqueadora quanto a viabilidade econômica das operações do franqueado, (Andrade, 2016).

De acordo com Cunha (2015), um dos principais papéis do contador é garantir a padronização das informações financeiras entre todas as unidades franqueadas. Essa padronização facilita a consolidação de dados, a comparação entre unidades e a elaboração de relatórios gerenciais consistentes. Por meio de planos de contas uniformizados, procedimentos de classificação contábil homogêneos e modelos padronizados de balancetes e demonstrativos de resultado, o contador contribui para a transparência e previsibilidade das informações.

Além disso, o contador atua como consultor interno, orientando o franqueado quanto à análise de indicadores de desempenho, à gestão de

fluxo de caixa, à precificação de produtos e à adequação às margens operacionais projetadas pela rede. Em muitos casos, é também o responsável por assessorar no cumprimento de cláusulas contratuais, como a entrega de relatórios mensais, a verificação de royalties e o acompanhamento de metas operacionais, (Padoveze, 2021).

Outro aspecto importante, percebido nos trabalhos de Cunha (2015), da prática contábil nas franquias, é o suporte à redução de conflitos, onde a clareza das informações, quando tecnicamente sustentada, reduz disputas sobre inadimplemento, repasse de valores, descumprimento de metas e outros pontos de tensão comuns no relacionamento entre matriz e unidade franqueada.

Por fim, entende-se através de Rossetti, 2019 que o contador contribui para o fortalecimento da governança da rede, sendo peça-chave na construção de uma cultura de compliance e responsabilidade compartilhada, o que é especialmente relevante em redes em expansão, que dependem da confiança e da replicabilidade de processos para sustentar seu crescimento.

INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA E CONTROLE UTILIZADOS

Através de Cunha, (2015), entende-se que a consolidação de práticas eficazes de governança em redes de franquia depende da adoção de instrumentos técnicos capazes de garantir uniformidade, rastreabilidade e confiabilidade das informações geradas pelas unidades franqueadas. A seguir, destacam-se os principais mecanismos utilizados com apoio da contabilidade gerencial e dos sistemas de informação:

5.1 Plano de contas padronizado A utilização de um plano de contas uniforme para toda a rede permite que os dados contábeis e gerenciais sejam estruturados de forma comparável, independentemente do porte ou localização da unidade franqueada.

5.2 Indicadores de desempenho (KPIs) Franqueadoras com estruturas de governança consolidadas costumam adotar indicadores-chave de desempenho (KPIs) para monitorar a performance das unidades.

5.3 Sistemas de gestão compartilhados (ERPs) A adoção de plataformas de gestão integradas com módulos financeiros e contábeis facilita o monitoramento remoto das unidades.

5.4 Relatórios gerenciais periódicos A elaboração e envio de relatórios mensais padronizados é prática comum para fins de acompanhamento e prestação de contas à franqueadora.

5.5 Auditorias internas e due diligence periódica Algumas redes adotam auditorias internas ou rotinas de revisão contábil para assegurar a integridade dos registros e a aderência às normas da rede.

DISCUSSÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A atuação do contador na governança de redes franqueadas é repleta de desafios que exigem não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade relacional e capacidade de mediação. O principal dilema enfrentado nesse contexto é o equilíbrio entre a autonomia gerencial do franqueado e os mecanismos de padronização e controle exigidos pela franqueadora, (Rossetti, 2019).

Nesse cenário, Padoveze (2021) elucida que o contador se posiciona como um agente de equilíbrio e confiança, onde sua formação técnica o habilita a propor soluções que conciliam controle com adaptabilidade. A crescente digitalização dos sistemas de gestão e a consolidação de redes multicanais abrem espaço para uma atuação ainda mais estratégica do profissional contábil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo a governança eficaz em redes de franquia depende do alinhamento entre padronização de processos, conformidade técnica e respeito à autonomia operacional das unidades franqueadas. Neste cenário, o contador se destaca como um profissional essencial para promover esse equilíbrio, atuando como articulador da informação e mediador das relações institucionais.

Como desafios, permanecem as tensões decorrentes do excesso de padronização, a resistência dos franqueados e a necessidade de capacitação contínua. Recomenda-se, portanto, o fortalecimento da atuação do contador no processo decisório das redes franqueadas, com vistas a uma governança mais eficiente, transparente e colaborativa

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Franchising. (2024). *Relatório de desempenho do setor de franquias – 2023*. São Paulo: ABF. Disponível em <https://www.abf.com.br>

Cunha, J. A. C. (2015). Controle e desempenho de franquias: um estudo sobre as atividades de avaliação de desempenho organizacional realizadas por franqueadores. *Revista de Administração*, 50(1), 85–98. <https://doi.org/10.5700/rausp1189>.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

Padoveze, C. L. (2021). *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil* (8a ed.). São Paulo: Atlas.

Rossetti, J. P. (2019). *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências* (3a ed.). São Paulo: Cengage Learning.

CAPÍTULO 3

COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS MAIS COMUNS EM CIRURGIAS ABDOMINAIS

Laura Leme de Araújo Rodrigues da Silva
Danila Tereza Castro da Silva
Andrew Adriano Ricardo de Oliveira Lima
Ana Clara Ramalho Silva
José Pedro Rivalta Filho

As complicações pós-operatórias em cirurgias abdominais constituem um importante desafio na prática médica, sendo responsáveis por aumento da morbimortalidade, prolongamento do tempo de internação e elevação dos custos hospitalares. Dentre as complicações mais frequentes, destacam-se as infecções do sítio cirúrgico (ISC), hérnias incisionais, obstruções intestinais, deiscências de anastomose, complicações respiratórias e formação de seromas e hematomas.

Objetivo: Este estudo tem como objetivo identificar e descrever as principais complicações pós-operatórias observadas em pacientes submetidos a cirurgias abdominais, bem como apresentar os fatores de risco associados e as estratégias de prevenção mais eficazes, com base na literatura científica atual.

Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio da busca de artigos publicados entre 2019 e 2025 nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram: “complicações pós-operatórias”, “cirurgia abdominal”, “infecção do sítio cirúrgico”, “hérnia incisional” e “obstrução intestinal”.

Desenvolvimento: As infecções do sítio cirúrgico são as mais comuns e podem variar desde infecções superficiais até quadros graves de peritonite. Elas estão associadas a fatores como tempo cirúrgico prolongado, técnica inadequada, diabetes mellitus, obesidade e uso incorreto de antimicrobianos. A profilaxia antibiótica adequada, realizada antes da incisão cirúrgica, e o controle rigoroso das condições assépticas são estratégias preventivas fundamentais (SILVA et al., 2023).

As hérnias incisionais ocorrem devido à falha na cicatrização da parede abdominal, o que permite a protrusão de vísceras. Essas hérnias podem resultar em dor, desconforto e, em alguns casos, necessidade de reintervenção cirúrgica. O uso de técnicas de fechamento apropriadas e de

materiais como telas cirúrgicas reduz significativamente essa complicação (FRANCIOSI et al., 2024).

Obstruções intestinais pós-operatórias geralmente decorrem da formação de aderências, que são bandas fibrosas resultantes da manipulação cirúrgica. Pacientes acometidos por essa condição apresentam dor abdominal intensa, distensão, vômitos e interrupção do trânsito intestinal, sendo muitas vezes necessária nova abordagem cirúrgica para resolução do quadro (RUBIN et al., 2025).

A deiscência de anastomoses, por sua vez, é caracterizada pela separação das bordas suturadas de órgãos ocos, podendo evoluir para fístulas ou peritonite. Entre os fatores predisponentes estão a má perfusão tecidual, infecção local e técnica cirúrgica inadequada. Complicações respiratórias, como atelectasia e pneumonia, são especialmente comuns em pacientes idosos, obesos ou fumantes, e estão relacionadas à imobilidade e dor pós-operatória, que comprometem a ventilação pulmonar (SOARES, 2025).

O acúmulo de líquidos, como seromas, ou sangue, como hematomas, ocorre com frequência e pode ser prevenido por meio de adequada hemostasia e uso de drenos quando necessário. A nutrição adequada, a mobilização precoce e o controle eficaz da dor são medidas que contribuem significativamente para a redução dessas complicações.

Conclusão: A identificação precoce dos fatores de risco, a adoção de práticas cirúrgicas baseadas em evidências e a atuação de uma equipe multidisciplinar no manejo perioperatório são estratégias essenciais para a redução das complicações pós-operatórias em cirurgias abdominais. A implementação de protocolos clínicos e o monitoramento contínuo dos pacientes são fundamentais para garantir uma recuperação segura e eficaz.

REFERÊNCIAS

FRANCIOSI, B. M. et al. Complicações pós-operatórias em cirurgia abdominal: fatores de risco e estratégias de prevenção. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 7, p. 968-971, 2024.

RUBIN, O. et al. Evidências atuais sobre o impacto da abordagem minimamente invasiva nas complicações pós-operatórias em cirurgias abdominais: uma revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, 2025.

SILVA, L. R. F. et al. Complicações pós-operatórias em cirurgia abdominal: uma revisão das complicações mais comuns após cirurgias abdominais, como infecções, hérnias incisionais e obstruções intestinais. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 145-158, 2023.

SOARES, D. F. M. Fatores de riscos para complicações pós-operatórias após fechamento de ileostomia. 2025. **Tese (Doutorado em Cirurgia)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025

CAPÍTULO 4

MANEJO DA DOR NO PÓS-OPERATÓRIO: ABORDAGENS FARMACOLÓGICAS E NÃO FARMACOLÓGICAS

Laura Leme de Araújo Rodrigues da Silva
Janca Alves Sobrinho
Isabela Moretti
Welinton Duran
Mariana Pastre Sponchiado

A dor pós-operatória (DPO) é uma experiência comum e significativa que pode impactar negativamente a recuperação do paciente, aumentando o risco de complicações e prolongando o tempo de internação. O manejo eficaz da DPO requer uma abordagem multimodal que combine intervenções farmacológicas e não farmacológicas, visando otimizar o alívio da dor e melhorar os desfechos clínicos.

Objetivo: Este estudo tem como objetivo analisar as evidências científicas disponíveis sobre as estratégias farmacológicas e não farmacológicas utilizadas no manejo da dor em pacientes no pós-operatório imediato de cirurgias em geral.

Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida por meio de buscas nas bases de dados LILACS, Medline/PubMed, Scopus e Web of Science. **Resultados e Discussão:** As intervenções farmacológicas são amplamente utilizadas no manejo da DPO, sendo destacadas as seguintes: Analgésicos não opioides: Medicamentos como paracetamol e anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) são frequentemente utilizados para o controle da dor leve a moderada, devido à sua eficácia e perfil de segurança favorável.

Opioides: Utilizados para o tratamento da dor moderada a intensa, os opioides devem ser administrados com cautela, considerando os riscos de efeitos adversos e dependência. A analgesia multimodal, que combina opioides com outros analgésicos, tem se mostrado eficaz na redução do consumo de opioides e na melhora do controle da dor. Anestesia regional e bloqueios nervosos: Técnicas como a anestesia peridural e os bloqueios de nervos periféricos são eficazes no controle da dor pós-operatória, especialmente em cirurgias de grande porte, contribuindo para a redução do uso de opioides e a melhora da recuperação funcional. As intervenções não farmacológicas são estratégias complementares importantes no manejo da DPO, destacando-se: Terapias físicas: Aplicação de calor ou frio, massagem e estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) são técnicas que

auxiliam no alívio da dor e na promoção do conforto do paciente. Terapias cognitivo-comportamentais: Técnicas como relaxamento, distração, imaginação guiada e hipnose têm demonstrado eficácia na modulação da percepção da dor e na redução da ansiedade associada ao pós-operatório. Práticas integrativas e complementares: Intervenções como acupuntura, aromaterapia e musicoterapia têm sido exploradas como adjuvantes no controle da DPO, com resultados promissores em termos de redução da dor e melhora do bem-estar.

Conclusão: O manejo eficaz da dor pós-operatória requer uma abordagem multimodal que integre intervenções farmacológicas e não farmacológicas, adaptadas às necessidades individuais dos pacientes. A implementação de protocolos de controle da dor, a capacitação da equipe multiprofissional e a valorização das terapias complementares são fundamentais para otimizar o alívio da dor e promover uma recuperação pós-operatória mais rápida e segura.

REFERÊNCIAS

MORO, C. M.; BRILHA, L. M.; MARIANO, G. A. Tratamento farmacológico e não farmacológico no manejo da dor de pacientes em pós-operatório imediato. **Contexto & Saúde**, v. 19, n. 37, p. 9-17, 2019.

GAUDARD, A. M. I. S.; SACONATO, H. Controle da dor pós-operatória. **Comunicações em Ciências da Saúde**, v. 23, n. 4, p. 341-352, 2012.

FIORE, J. N. A. et al. Manejo da dor pós-operatória: uma revisão bibliográfica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e36731, 2021.

JACOB, K. C. et al. Intervenções não farmacológicas no manejo da dor pós-operatória: concepção de enfermeiros. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 15, n. 2, p. e247346, 2021

CAPÍTULO 5

MANEJO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NA GRAVIDEZ: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Laura Leme de Araújo Rodrigues da Silva
Thalita Juarez Gomes
Amanda Oliveira Verbena
Isabela Moretti
Welinton Duran

As síndromes hipertensivas da gravidez (SHG) são responsáveis por significativa morbimortalidade materna e perinatal, sendo a principal causa de morte materna no Brasil. O manejo adequado dessas condições é essencial para prevenir complicações como pré-eclâmpsia, eclâmpsia e síndrome HELLP.

Este estudo tem como objetivo revisar as evidências científicas disponíveis sobre o manejo da hipertensão arterial na gestação, com foco em estratégias farmacológicas e não farmacológicas. Analisar as evidências científicas disponíveis sobre o manejo da hipertensão arterial na gestação, com foco em estratégias farmacológicas e não farmacológicas.

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e Google Scholar, utilizando os descritores: “hipertensão gestacional”, “pré-eclâmpsia”, “manejo clínico” e “atenção pré-natal”.

A hipertensão na gravidez é classificada em quatro categorias principais: hipertensão crônica, hipertensão gestacional, pré-eclâmpsia/eclâmpsia e pré-eclâmpsia sobreposta à hipertensão crônica. A hipertensão gestacional é definida como pressão arterial sistólica (PAS) ≥ 140 mmHg e/ou pressão arterial diastólica (PAD) ≥ 90 mmHg, após a 20ª semana de gestação, sem proteinúria significativa. A pré-eclâmpsia é caracterizada por hipertensão associada à proteinúria (>300 mg em 24 horas) ou sinais de lesão em órgãos-alvo.

O tratamento farmacológico é indicado em casos de hipertensão moderada a grave. Os medicamentos de primeira linha incluem metildopa, labetalol e nifedipina, considerados seguros para uso na gestação. A metildopa é amplamente utilizada devido à sua segurança e eficácia. O sulfato de magnésio é recomendado para prevenção e tratamento de convulsões em casos de pré-eclâmpsia grave e eclâmpsia.

As medidas não farmacológicas são fundamentais, especialmente nos casos leves. Incluem monitoramento rigoroso da pressão arterial,

repouso relativo, dieta balanceada com restrição de sódio, suplementação de cálcio em populações com baixa ingestão e uso de ácido acetilsalicílico em baixas doses para prevenção da pré-eclâmpsia em gestantes de alto risco.

O manejo eficaz da hipertensão arterial na gestação requer uma abordagem multidisciplinar, combinando intervenções farmacológicas e não farmacológicas.

A identificação precoce e o tratamento adequado são essenciais para reduzir os riscos maternos e fetais associados às síndromes hipertensivas da gravidez.

REFERÊNCIAS

SILVA, R. S. da et al. Distúrbios hipertensivos na gravidez. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 337-342, 2023.

BARROS, S. M. O. et al. Hipertensão arterial na gestação: importância do seguimento pré-natal. Com. **Ciências Saúde**, v. 22, supl. 1, p. 113-120, 2011.

SÃO JOSÉ, A. R. et al. Manejo da hipertensão gestacional no pré-natal: validação de cenário para a simulação clínica. **Avances en Enfermería**, v. 41, n. 1, p. 105044, 2023.

MEDEIROS, M. A. et al. Estratégias em saúde para prevenção da hipertensão gestacional: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 9, e4313946806, 2024.

CAISM – UNICAMP. **Hipertensão na Gravidez: protocolo de manejo clínico**. Campinas: CAISM, 2022.

BARBOSA, A. M. et al. Hipertensão arterial na grávida: o atual estado da arte. **Revista Portuguesa de Cardiologia**, v. 31, n. 5, p. 345-354, 2012.

FERNANDES, M. S. et al. Hipertensão gestacional: análise dos riscos maternos e fetais. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 337-342, 2023.

WANNMACHER, L. Manejo da hipertensão na gestação: o pouco que se sabe. **Boletim de Farmacologia Clínica**, v. 1, n. 11, p. 1-4, 2004.

SANTOS, M. C. et al. Cuidados pré-natais e avaliação do manejo da hipertensão arterial na gravidez. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 6, p. 1153-1162, 2011.

JACOB, C. M. et al. Hipertensão gestacional: uma revisão de literatura. **Revista Fisioterapia em Movimento**, v. 34, n. 1, p. 1-10, 2021

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1.....</i>	<i>07</i>
RECURSOS MULTIMÍDIAS PARA A EDUCAÇÃO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	
<i>Cleyton Henrique Teodoro Garcia</i>	
 <i>Capítulo 2.....</i>	 <i>14</i>
O PAPEL DO CONTADOR NA GOVERNANÇA DE FRANQUIAS: ENTRE AUTONOMIA E PADRONIZAÇÃO	
<i>Abraão Giuseppe Beluzi</i>	
 <i>Capítulo 3.....</i>	 <i>19</i>
COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS MAIS COMUNS EM CIRURGIAS ABDOMINAIS	
<i>Laura Leme de Araújo Rodrigues da Silva, Danila Tereza Castro da Silva, Andrew Adriano Ricardo de Oliveira Lima, Ana Clara Ramalho Silva, José Pedro Rivalta Filho</i>	
 <i>Capítulo 4.....</i>	 <i>22</i>
MANEJO DA DOR NO PÓS-OPERATÓRIO: ABORDAGENS FARMACOLÓGICAS E NÃO FARMACOLÓGICAS	
<i>Laura Leme de Araújo Rodrigues da Silva, Ianca Alves Sobrinho, Isabela Moretti, Welinton Duran, Mariana Pastre Sponchiado</i>	
 <i>Capítulo 5.....</i>	 <i>24</i>
MANEJO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NA GRAVIDEZ: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
<i>Laura Leme de Araújo Rodrigues da Silva, Thalita Juarez Gomes, Amanda Oliveira Verbena, Isabela Moretti, Welinton Duran</i>	

Publicação em capítulo de livro

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.

Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).

Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro

- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.

Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](https://www.instagram.com/epitaya) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 

CIÊNCIA EM MOVIMENTO: TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS - VOL. 2

Bruno Matos de Farias


Editora

